



Às nove horas do dia quatorze de maio de dois mil e quinze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência do Conselheiro **CEZAR COLARES**; presentes os Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES, JOSÉ CARLOS ARAÚJO, DANIEL LAVAREDA, MARA LÚCIA, ANTÔNIO JOSÉ e SÉRGIO LEÃO**; presença da Procuradora Geral do Ministério Público de Contas junto ao TCM-PA, **ELISABETH SALAME DA SILVA**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do Artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Convocado o Auditor Sérgio Dantas para apresentar proposta de Decisão, nos termos do inciso II, Artigo 72 do RI/TCM. Houve votação e aprovação da Ata da Sessão nº 029/2015. Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos. **Processo nº 1370012011-00; Prefeitura Municipal de Marituba**; Prestação de Contas – 2011 – Contas Anuais de Gestão; Responsável: Jesus Bertoldo Rodrigues do Couto; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.882, de 11.05.2015**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimento, multas, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Resolução nº 11.872) Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 1370012011-00; Prefeitura Municipal de Marituba**; Prestação de Contas – 2011 – Contas Anuais de Governo; Responsável: Jesus Bertoldo Rodrigues do Couto; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.882, de 11.05.2015**. Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator solicitou a reabertura da instrução do processo. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu autorizar a reabertura solicitada (Resolução nº 11.873). Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 102012001-00; Prefeitura Municipal de São Geraldo do Araguaia**; Prestação de Contas – 2001; Responsável: Manoel Soares da Costa; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.882, de 11.05.2015**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, com recolhimento, multas e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua proposta de **Decisão**, ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer



prévio pela irregularidade das contas, com recolhimento e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** aplicação de multas (Resolução nº 11.874). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão das multas. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 730022010-00; Câmara Municipal de Santo Antônio do Tauá; Prestação de Contas – 2010; Responsável: Anatan Barata de Carvalho; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; Publicado no DOE nº 32.882, de 11.05.2015.** Retirado de pauta. **Processo nº 714872013-00; Fundo Municipal de Turismo de Santarém; Prestação de Contas – 2013 – Contas Anuais de Gestão; Responsável: Irene Belo Gonçalves Zampiero; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Aloísio Chaves; Publicado no DOE nº 32.882, de 11.05.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas (Acórdão nº 26.743). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 734002011-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Santo Antônio do Tauá; Prestação de Contas – 2011; Responsável: Raimundo Freire Noronha; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; Publicado no DOE nº 32.882, de 11.05.2015.** Retirado de pauta. **Processo nº 614002011-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Primavera; Prestação de Contas – 2011 – Contas Anuais de Gestão; Responsável: Silvana Inez de Aguiar Queiroz; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.882, de 11.05.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalva, e multa (Acórdão nº 26.744). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 614002012-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Primavera; Prestação de Contas – 2012 – Contas Anuais de Gestão; Responsável: Silvana Inez de Aguiar Queiroz; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.882, de 11.05.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalva, e multa (Acórdão nº 26.745). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 754082011-00; Fundo Municipal de Educação de São Domingos do Capim; Prestação de Contas – 2011 – Contas Anuais de Gestão;**



81 Responsável: Sandra Regina de Melo Soares; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público:  
82 Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; **Publicado no DOE**  
83 **nº 32.882, de 11.05.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
84 posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada  
85 **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O  
86 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, multas e encaminhamento de  
87 cópia dos autos ao Ministério Público Estadual (Acórdão nº 26.746). Presidência do Conselheiro  
88 Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro  
89 José Carlos Araújo. **Processo nº 862052011-00; Fundo Municipal de Educação de Viseu;**  
90 **Prestação de Contas – 2011 – Contas Anuais de Gestão; Responsável: Sônia Maria Almeida dos**  
91 **Santos; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator:**  
92 **Conselheiro Antonio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.882, de 11.05.2015.** Cumprindo  
93 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se  
94 pela regularidade das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro  
95 Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**,  
96 decidiu pela regularidade das contas, com ressalva, e multa (Acórdão nº 26.747). Presidência do  
97 Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do  
98 Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 733972010-00; Instituto de Previdência e**  
99 **Assistência de Santo Antônio do Tauá; Prestação de Contas – 2010; Responsável: Cezar**  
100 **Magalhães da Silva; Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth**  
101 **Salame da Silva; Relator: Conselheiro José Carlos Araújo; Publicado no DOE nº 32.882, de**  
102 **11.05.2015.** Retirado de pauta. **Processo nº 201300158-00; Instituto Esperança de Ensino**  
103 **Superior – IESPES de Santarém; Prestação de Contas do Convênio nº 002/2012, de 16.11.2012;**  
104 **Responsável: Deliana Maria dos Santos; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora**  
105 **Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº**  
106 **32.882, de 11.05.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu  
107 posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em**  
108 **discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O  
109 Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas (Acórdão nº 26.748). Presidência do  
110 Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do  
111 Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201204301-00; Sociedade Unidos Venceremos;**  
112 **Prestação de Contas do Convênio nº 029/2012, celebrado com a SEMEC/PMC; Responsável:**  
113 **Domingas Neris Martins Quinto; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral –**  
114 **Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; Publicado no DOE nº 32.882, de**  
115 **11.05.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento  
116 dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** A  
117 Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**  
118 **unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas (Acórdão nº 26.749). Presidência do  
119 Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do  
120 Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201206091-00; Instituto de Previdência dos**



**Servidores do Município de Cachoeira do Arari;** Aposentadoria – Portaria nº 010, de 02.04.2012; Interessada: Edite Miranda Ramos Mendes; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: Sérgio Dantas (Conselheiro Cezar Colares); **Publicado no DOE nº 32.882, de 11.05.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua proposta de **Decisão**, ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 26.750). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201217517-00; Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Cachoeira do Arari;** Aposentadoria – Portaria nº 028, de 17.10.2012; Interessada: Rosa Maria Santana Portal; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: Sérgio Dantas (Conselheiro Cezar Colares); **Publicado no DOE nº 32.882, de 11.05.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. O Auditor apresentou sua proposta de **Decisão**, ratificada pelo Conselheiro Relator. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato (Acórdão nº 26.751). Presidência do Conselheiro Sérgio Leão. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 201015994-00; Prefeitura Municipal de Belém;** Contrato nº 077/2010, celebrado com a Empresa Cisco Serviço de Cobrança LTDA; Interessada: Rosa de Figueiredo Lavor; Ministério Público: Procuradora Maria Regina Cunha; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 32.882, de 11.05.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade do Contrato. A matéria foi colocada **em discussão**. Presença da Procuradora do Município de Belém, Sra. Karla Tuma Lobato, e da Diretora Geral da SEMAD, Sra. Alice Cristina de Souza Coelho, que fizeram uso da palavra, nos termos do Art. 190 e parágrafos do RI/TCM/Pa. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pela irregularidade do Contrato n.º 077/2010 e seu consequente não cadastramento, responsabilização dos envolvidos pelos atos de improbidade administrativa; aplicação de multa; encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual; anexação de cópias dos presentes autos aos autos de Prestações de Contas do Gabinete do Prefeito (exercícios de 2010 a 2015), para as necessárias repercussões; manutenção do Contrato, em caráter excepcional, limitada à 01.12.15, data final da contratação, estabelecida a aplicação de multa diária, caso não seja dada a necessária solução técnica de alteração do atual sistema utilizado; e, acompanhando a proposição desposada pelos Conselheiros Daniel Lavareda e Aloísio Chaves, sendo este último responsável pela relatoria do Gabinete do Prefeito, para os exercícios de 2013/2014/2015, determinada a realização de inspeção nas contas do executivo, durante o período de vigência contratual (2010 a 2015), especificamente com o objetivo de levantamento das receitas oriundas da contratação, em análise, e destinação dos recursos auferidos. (Resolução nº 11.875) Presidência do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201503289-00; Câmara Municipal de**



**São Miguel do Guamá;** Outros – Lei nº 286/2015, de 30.01.15, Revisão Salarial de Servidores Municipais; Responsável: José Paulo de Lira Júnior; Ministério Público: Procuradora Geral – Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 32.882, de 11.05.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu pelo cadastro do Ato (Resolução nº 11.876). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro José Carlos Araújo. **Processo nº 620012009-00; Prefeitura Municipal de Redenção do Pará; Prestação de Contas 2009 – Reabertura de Instrução;** Responsável: Wagner Oliveira Fontes; Instrução: 6ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Auditor convocado para apresentar proposta de Decisão: Sérgio Dantas (Conselheiro Aloísio Chaves); **Publicado no DOE nº 32.882, de 11.05.2015.** Cumprindo dispositivo regimental, o Conselheiro Relator solicitou a reabertura da instrução do processo, tornando nulos todos os Atos subsequentes a citação. A matéria foi colocada **em discussão**. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, à **unanimidade**, decidiu autorizar a reabertura solicitada, tornando nulos todos os Atos subsequentes a citação (Resolução nº 11.877). Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Ausência, por ocasião da votação do Conselheiro José Carlos Araújo. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA:** Presidência do Conselheiro Cezar Colares. Terceira apresentação do Projeto do Código de Ética, nos termos do Artigo 38 do RI/TCM/Pa. O Conselheiro Cezar Colares pediu a palavra para lembrar os Conselheiros da Reunião Administrativa que ocorrerá no Gabinete da Presidência, logo após a Sessão Plenária. Em seguida, lembrou da reunião que acontecerá amanhã, às 9 (nove) horas, no Auditório “Governador Alacid da Silva Nunes”, para o lançamento do MMD-TC que contará com a presença do Conselheiro Substituto do Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI), Jaylson Fabianh Lopes Campelo, Diretor Administrativo da ATRICON, um dos responsáveis pelo projeto, que conta com a adesão de 32 (trinta e dois) Tribunais de Contas. **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. ENCERRADA** a presente Sessão, às onze horas e cinco minutos da qual foi lavrada a presente Ata. Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em quatorze de maio de dois mil e quinze.

Visto:

**Robson Figueiredo do Carmo**  
Secretário Geral

Conselheiro Presidente **Cezar Colares**  
Presidente da Sessão

Conselheiro Vice Presidente **Sérgio Leão**  
Presidente da Sessão